



## CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

### EXIGÊNCIAS EVANGÉLICAS E ÉTICAS DE SUPERAÇÃO DA MISÉRIA E DA FOME

*“Alimento, dom de Deus, direito de todos”.*

#### APRESENTAÇÃO

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, ao celebrar seu Jubileu de Ouro, renova a evangélica opção preferencial pelos pobres e conclama todos os homens e mulheres de boa vontade para uma ação efetiva pela superação da miséria e da fome. Atentos ao clamor de milhões de famintos em todo o mundo, queremos realizar em nosso país um mutirão mobilizando as dioceses, comunidades, movimentos e pastorais e assim unir-nos à caminhada de outros povos na conquista do direito ao alimento e à nutrição.

O texto que agora publicamos foi aprovado por unanimidade em nossa 40ª Assembléia Geral, em abril de 2002. Diante da dura realidade da fome e da miséria, no Brasil e no mundo, e estudando suas verdadeiras causas, não podemos nos ater somente às obras caritativas que, durante séculos, testemunham o amor gratuito dos cristãos pelas pessoas que padecem. Onde estiver alguém caído na estrada da vida, aí deve estar a Igreja, a exemplo do Bom Samaritano, socorrendo-o por meio de suas obras e associações. Sabemos, contudo, que, além do auxílio imediato e de medidas compensatórias, faz-se necessário promover a cidadania de cada pessoa e garantir condições dignas de vida, como compete a filhos de Deus.

Somos movidos pelo testemunho e convite de Jesus Cristo, Pastor e Mestre da compaixão e da misericórdia, que fez do pão cotidiano o sinal sensível de sua presença salvífica e alimento para a vida eterna. Ensinou-nos a pedir ao Pai celeste o Reino e o pão de cada dia e a reparti-lo com os irmãos e as irmãs. Obedientes ao seu ensinamento, queremos praticar a partilha do pão, assegurando a todos o alimento, dom de Deus.

Invocamos o princípio universal da dignidade humana, que fundamenta o direito de todos à segurança alimentar e se concretiza em exigências éticas de defesa da vida. Imbuídos desse dever, queremos nos empenhar, com eficácia, na vigilância de políticas públicas de superação da miséria e da fome e assim construir, no Brasil, a cidadania plena.

Lançando o *mutirão nacional de superação da miséria e da fome*, unimos nossos esforços a todos que, com boa-vontade, se dedicam à mesma causa, a fim de que – o quanto antes – se realize a vontade do Pai e haja pão na mesa de todas as famílias.

Temos a certeza de contar com as graças de Deus, por meio de seu Filho, Nosso Senhor, para a concretização de empreitada tão desafiadora. Maria, que alimentou Jesus, mãe de todos nós, solícita para com os pobres e os aflitos, ajude-nos a ser solidários com todos os seus filhos, nossos irmãos e irmãs.

*† Dom Jayme Henrique Chemello*  
Presidente da CNBB

*† Dom Marcelo Pinto Carvalheira*  
Vice-Presidente da CNBB

*† Dom Raymundo Damasceno Assis*

## INTRODUÇÃO

1. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), reunida em sua 40ª Assembléia Geral, de 10 a 19 de abril de 2002, em Itaici/SP, comemora, neste ano, o *jubileu de ouro* de sua fundação. Fiéis ao Evangelho de Jesus Cristo e à Doutrina Social da Igreja, como pastores renovamos nosso compromisso com a causa da justiça do Reino e nossa solidariedade com o povo em seu sofrimento.

2. Desejamos assumir, a cada dia, as alegrias e esperanças, as angústias e tristezas do povo brasileiro, especialmente das populações das periferias urbanas e das zonas rurais – sem terra, sem teto, sem pão, sem saúde – lesadas em seus direitos. Vendo a sua miséria, ouvindo os seus clamores e conhecendo o seu sofrimento, escandaliza-nos o fato de saber que *existe alimento suficiente para todos e que a fome se deve à má repartição dos bens e da renda*. O problema se agrava com a prática generalizada do desperdício.

3. No entanto, é de suma importância seguir o ensinamento do Concílio Vaticano II: “Satisfaçam-se, em primeiro lugar, as exigências da justiça [...]; eliminem-se as causas dos males, não só os efeitos; seja encaminhada ajuda de tal maneira que, os que a recebem, pouco a pouco, se libertem da dependência externa e se tornem auto-suficientes”<sup>1</sup>.

4. A solução dos problemas supera medidas compensatórias, exige nova mentalidade e políticas públicas que reconheçam a alimentação adequada como direito inalienável do ser humano. Animados pela solidariedade e pela esperança, queremos somar forças com todos os que se empenham nesta causa.

### I. Desafios prementes no início do milênio

5. Ao entrar no terceiro milênio da era cristã, a humanidade nutre, de várias formas, a *esperança de realizar o ideal evangélico da “civilização do amor”*, a que se referia o papa Paulo VI ao proclamar, incansavelmente, o desígnio do Deus da Vida para seus filhos e filhas.

No entanto, este início de milênio tem sido marcado por temores, tristeza e desalento. Cresce entre nós o número de assaltos, seqüestros e assassinatos que levam a sociedade a procurar a segurança em sistemas de autodefesa, cada vez mais sofisticados. São sinais dramáticos de perversidade o terrorismo organizado, as operações de guerra e as chacinas. A escalada de violência associada ao fanatismo religioso ou nacionalista revela o desespero diante do paradoxo da atual ordem mundial.

6. O século XX deixa como herança guerras e genocídios, produção de armas de enorme poder, explosão de bombas atômicas e destruição de cidades. Milhões de vítimas da miséria e da fome permanecem como marcas da violência, da injustiça e dos desmandos morais que não devemos esquecer, para que nunca mais se repitam. As desigualdades sociais aumentam como fruto da globalização do mercado, que concentra poder e riqueza, enquanto faz diminuir os postos de trabalho na indústria e no campo, degrada a natureza, causa desastres ecológicos e multiplica, a cada dia, o número de excluídos, condenando-os ao êxodo, ao exílio, à deterioração física e psíquica, inclusive à perda precoce da vida. Flagelo atroz é a fome e a desnutrição que atingem especialmente as crianças nos primeiros anos de vida, prejudicando-as no seu desenvolvimento.

7. Nossa geração se defronta com um processo de degradação da dignidade humana, de ofuscamento de valores morais na vivência conjugal-familiar e de corrupção da vida política e econômica. A subestimação dos parâmetros éticos aparece em experimentos científicos e genéticos, principalmente na área da biologia, que, muitas vezes, desprezam a dignidade da vida humana que deve ser respeitada desde a concepção até seu ocaso natural.

8. São fatos graves que deixam atônita a nossa geração e exigem reflexão e esforço para que se anuncie de novo o sentido da vida e germinem sementes de esperança.

9. Herdamos também notáveis progressos nas ciências e na tecnologia. Basta pensar nos benefícios conquistados para a humanidade no campo da medicina, da informática, da comunicação, do comércio, e da cultura. Temos hoje, mais do que nunca, o instrumental teórico e prático para criar novas formas de relacionamento harmonioso entre os grupos, etnias, culturas, religiões e nações que compõem o formidável mosaico de mais de seis bilhões de seres humanos. Temos recursos e tecnologia para vencer a fome. Falta-nos o espírito solidário e evangélico para renunciar a privilégios e libertar-nos do *vírus* do egoísmo. Falta-nos, ainda, decisão política.

10. Por serem a fome e a desnutrição a dimensão mais pungente e visível da miséria, devem ser o primeiro alvo da cooperação internacional e do mutirão que propomos. Além da fome, outras manifestações da miséria precisam ser denunciadas e enfrentadas, como a precariedade na distribuição e tratamento da água, no saneamento básico, na educação, na habitação, no vestuário, no atendimento médico, até atingirmos um patamar aceitável de vida digna para todas as pessoas, visando ao atendimento de todos os seus direitos humanos indivisíveis.

### **Drama da fome no Brasil**

11. Para compreender o drama de dezenas de milhões de brasileiros vítimas da fome, impõe-se afastar explicações insuficientes ou inconsistentes.

12. Alguns argumentam que não há comida para todos; outros sustentam que não há infraestrutura eficiente para sua distribuição. No entanto, o crescimento da população é inferior ao da produtividade agrícola. Temos capacidade de produzir alimento bastante para o consumo interno e para exportação. A combinação das redes pública e particular de armazéns é capaz de atingir toda a população, em qualquer parte do Brasil. Apesar disto, existe gente passando fome porque a renda familiar não permite comprar a comida que o mercado oferece.

13. As raízes da fome estão, especialmente, na distribuição iníqua da renda e das riquezas, que se concentram nas mãos de poucos, deixando, na pobreza, enormes contingentes populacionais nas periferias urbanas e nas áreas rurais. Essa concentração de renda e riqueza vem de longa data e segue uma lógica na qual o crescimento econômico do Brasil sempre aumenta a riqueza dos ricos, sem estender seus benefícios a quem não tem poder no mercado. A desregulamentação e flexibilização dos mercados vêm retirando do Estado sua função social e política, em prejuízo de seu dever de justa intervenção na economia e na redistribuição da renda. Entregue à lógica do jogo de concorrência que lhe é própria, o mercado premia os fortes e pune os fracos, aumenta o desemprego e oferece remuneração tão baixa aos trabalhadores e à maioria dos aposentados que não lhes permite adquirir alimento para uma subsistência saudável.

14. Além dessa causa estrutural, as altas taxas para empréstimos bancários estrangulam a produção e os juros embutidos nas compras, a prestações, de bens de consumo recaem sobre os pobres que pagam, proporcionalmente, mais do que os ricos. A redução de postos de trabalho obriga um número cada vez maior de pessoas a abrir mão das garantias da legislação trabalhista e a aceitar qualquer atividade assalariada, como é o caso dos trabalhadores temporários no campo e na cidade. Diante disso, o Governo pratica políticas compensatórias, acompanhadas de exigências burocráticas e, às vezes, de manipulação eleitoreira, que apenas diminuem os índices negativos da sua imagem. Até mesmo os recursos orçamentários, destinados às medidas compensatórias, sofrem cortes para gerar superávit destinado ao serviço da dívida pública.

15. A iniquidade do sistema consiste em conferir prioridade ao mercado, ao lucro, ao capital financeiro em vez de reconhecer e promover, em primeiro lugar, a dignidade da

pessoa e o acesso dos pobres a níveis condignos de alimentação, trabalho, moradia, saúde, educação, lazer.

16. A acumulação de bens, ostentada pelos meios de comunicação, especialmente pela televisão, cria e reforça, no inconsciente coletivo, a mentalidade de que "o dinheiro é que traz felicidade", mesmo atropelando valores morais. Esta concepção falaciosa, como um *vírus*, pervade não só a população rica, mas cria nos pobres o sonho de ascender a uma sociedade opulenta, imitando os padrões de consumo da minoria enriquecida.

17. A conjunção destes vários fatores provoca as gravíssimas conseqüências da miséria no Brasil e em tantos outros países e requer uma definitiva transformação desde a lógica do mercado, hoje *mundializado* e fora do alcance de controle social ou político, até dos hábitos e motivações pessoais marcados pelo consumismo e ambição de riquezas.

### **Mudança de mentalidade: questão básica**

18. A condição aflitiva de larga parte de nossa população, atormentada pelo flagelo da miséria, coloca uma questão básica para a cidadania e a promoção do bem comum. Com efeito, como suportar, à luz da dignidade da pessoa, a violação sistemática do direito à vida plena e dos demais direitos a ela inerentes?

19. É inadmissível o contraste entre a situação de miséria e degradação do povo sofrido, refugiado nas favelas, cortiços e periferias das cidades, que chega a recorrer à prostituição e até ao tráfico de drogas para sobreviver, e o luxo e sofisticação de condomínios fechados, construções suntuosas e desperdício de riquezas, sem consideração pela miséria envolvente. O mais triste para a consciência cristã é o fato de que a escandalosa desigualdade acontece, infelizmente, pela falta de testemunho evangélico de vida, criando ofuscamento da consciência, frieza e alienação diante do sofrimento humano e descrédito para o anúncio da Boa Nova.

20. A injustiça social assume proporções de ofensa a Deus, que nos criou à sua imagem e semelhança, e se opõe ao mandamento do amor fraterno que Jesus Cristo instituiu como lei da nova e eterna aliança. O resgate da dignidade dos pobres não pode limitar-se à assistência emergencial, mas exige a transformação da sociedade e da economia, numa nova ordem voltada para o bem comum.

21. Apresenta-se aqui um impasse de difícil superação, uma vez que as transformações estruturais exigem, para serem empreendidas com eficácia, alteração nas leis que não pode ser concretizada sem mudança profunda de mentalidade. Estamos dispostos a reconhecer a nossa convivência com o apego aos bens materiais? Percebemos que toda convocação para uma ação conjunta por parte da Igreja, em colaboração com as demais entidades da sociedade, requer, como pressuposto, o testemunho evangélico e ético? Como implantar na própria Igreja uma economia de solidariedade? O exemplo das primeiras comunidades, que perseveravam nos ensinamentos dos apóstolos, na fração do pão, na partilha fraterna e na oração, convence-nos de quanto é ilusório o bem-estar egoísta quando comparado à alegria de uma convivência fraterna, em que todos têm acesso a condições de vida dignas.

22. É neste espírito de conversão pessoal e comunitária que a CNBB conclama a todos para que, o quanto antes, se possa vencer a mentalidade de apego aos bens materiais e ao consumismo e alcançar a superação da miséria. Somente vencendo o egoísmo e a indiferença, assegura-se o pão de cada dia para todos. Como exorta o Papa, a Igreja está obrigada, por vocação, a aliviar a miséria dos que sofrem, próximos e distantes, não só com o supérfluo, mas também com o necessário<sup>2</sup>. Façamos o que depende de nós para que as sementes de esperança do Reino de Deus, já nesta terra, dêem fruto de vida.

## **II. Exigências Evangélicas**

23. Deus, Criador e Senhor da Vida, garante com fartura, em bem da humanidade, a fecundidade da natureza e os meios para que todos possam viver e desenvolver seus talentos, sem depredar os recursos naturais do planeta. O salmo 104 descreve esse projeto dizendo: “De tuas altas moradas irrigas os montes, com o fruto das tuas obras sacias a terra. Fazes crescer o feno para o gado, e a erva útil ao homem, para que tire da terra o seu pão”. Também as aves e animais recorrem ao Criador: “rugem os leõezinhos em busca de presa e pedem a Deus seu alimento [...] Tu lhes forneces e eles o recolhem, abres a tua mão e saciam-se de bens” (10-28)<sup>3</sup>. Dom de Deus para todas as suas criaturas, sem exceção, o alimento garante a continuidade da Criação.

24. O Antigo Testamento registra, esplendidamente, a tradição e a experiência da fé do Povo de Israel, raízes de nossa fé cristã, e nos ensina o lugar fundamental da consciência ética da superação da miséria e da fome, como elemento constitutivo desta mesma fé. Os profetas acentuam a inseparável ligação do culto a Deus e a prática da justiça, na defesa dos direitos dos oprimidos, no sustento dos pobres e no compromisso com a causa da viúva (Is 1,17; Jr 7,3-7)<sup>4</sup>. O mesmo ensinamento o encontramos no Eclesiástico: “Quem oferece um sacrifício com os bens dos pobres é como quem imola um filho na presença do pai. A vida dos pobres é o pão de que necessitam; quem dele os priva é um assassino. Quem subtrai o pão do suor, é como quem mata o seu próximo; derrama sangue quem defrauda o assalariado” (Eclo 34,20-22)<sup>5</sup>.

25. O Eclesiástico retoma a mais antiga tradição já contida no texto do Deuteronômio: “Não negarás a paga a um pobre e indigente, seja ele um irmão teu, seja um estrangeiro que mora no país, numa de tuas cidades. Dá-lhe no mesmo dia o salário para que o sol não se ponha sobre a dívida, pois ele é pobre, e o salário significa o seu sustento. Do contrário, clamaria ao Senhor contra ti, e tu virias a ser culpado de um pecado” (Dt 24,14-15)<sup>6</sup>.

26. No Novo Testamento, Jesus de Nazaré, Filho de Deus e Nosso Salvador, resgata e ultrapassa a tradição do seu povo e se revela como o Pão que sacia toda a fome de vida. Deu-nos o pão da Palavra e na Eucaristia entrega seu corpo como alimento de vida eterna. Ensinou-nos a pedir ao Pai Celeste o Reino e o pão de cada dia e a reparti-lo com os irmãos. Sua ação salvífica e sua morte redentora o revelam como mestre da compaixão e da misericórdia. “Jesus começou a percorrer todas as cidades e povoados, ensinando em suas sinagogas, proclamando a Boa Nova do Reino e curando todo tipo de doença e de enfermidade. Ao ver as multidões, Jesus encheu-se de compaixão por elas, porque estavam cansadas e abatidas, como ovelhas que não têm pastor” (Mt 9,35-36)<sup>7</sup>.

27. Jesus passou fazendo o bem, veio para dar vida, e vida em abundância (Jo 10,10)<sup>8</sup>. Fez-se carne, presença salvífica para a humanidade. Colocou-se ao lado dos indefesos, dos marginalizados, dos oprimidos e até dos estrangeiros e dos pecadores. Emprestou-lhes a voz, transmitiu força messiânica e a misericórdia do Pai. Com isto agiu contra a marginalização e combateu um sistema de profunda exclusão social, econômica, política e religiosa.

28. Nesta perspectiva, Jesus não tinha apenas uma boa notícia para os pobres, ele era e é a Boa Notícia, trouxe a vida plena e eterna para todos. Seu coração misericordioso e compassivo estava em profunda sintonia com o sofrimento do povo empobrecido, o qual aprendeu a ver nele uma novidade em pessoa (Lc 4,18)<sup>9</sup>. “Todos testemunhavam a favor dele, maravilhados com as palavras cheias de graça que saíam de sua boca” (Lc 4,22)<sup>10</sup>, pois “Ele ensinava como quem tem autoridade” (Mc 1,22)<sup>11</sup>.

29. Essa autoridade se expressa no serviço e compaixão que levam à encarnação no cotidiano dos empobrecidos, nos porões do sofrimento humano – na rua, nos presídios, nos prostíbulos, nos lixões... – Pode parecer um paradoxo, mas é ali que se revelam, com mais força, os traços do rosto misericordioso de Deus e onde se encontram os prediletos do amor de Jesus, como podemos notar nas bem-aventuranças (Mt 5,1-12)<sup>12</sup>, na parábola do bom samaritano (Lc 10,25-37)<sup>13</sup> e em tantas outras passagens do Evangelho. É possível, então, levantar a voz em seu nome, com a legitimidade que

ultrapassa o conhecimento científico e alcança o conhecimento profundo que só o amor pode garantir.

30. O preceito evangélico de “dar de comer a quem tem fome, vestir o nu, visitar o doente e o prisioneiro, acolher o migrante” (Mt 25,31-46)<sup>14</sup> não se reduz à prática assistencial. Quando se atende somente às expectativas imediatas dos pobres, corre-se o risco de perpetuar a desigualdade social. A *caridade evangélica* é fundamento do agir cristão e requer a promoção humana e a libertação integral. É gesto de quem *se dá*. De quem coloca a serviço do outro as suas melhores energias, seu espaço, sua influência social e política, e não migalhas de tempo ou de poder. As primeiras comunidades aprenderam a lição do Senhor e viviam a comunhão fraterna e o gesto de quem partilha as primícias e não as sobras. Assim, não havia necessitados entre eles.

31. Partilhar com o outro o seu sofrimento, a exemplo de Jesus, não é dar coisas, mas dar-se. É colocar-se a serviço, gastar tempo, estar ao lado de quem sofre. É ceder ao outro as próprias forças, para que ele possa abrir os olhos, organizar-se, resgatar a auto-estima, a identidade, seus valores mais profundos e assim erguer a cabeça, levantar-se e seguir adiante. Jesus reconhece as potencialidades de quem está temporariamente fragilizado, e confia em sua capacidade de agir.

32. Compaixão significa também ser solidário, gastar tempo e recursos com a organização dos pobres. Desta forma, apoiados e respaldados, eles poderão erguer a voz, mobilizar as forças e lutar pelo sagrado direito de viver com dignidade e esperança. Não se trata de *fazer para*, mas de *fazer com* o pobre, o qual é o sujeito privilegiado da própria libertação. Libertar-se implica um processo coletivo que requer empenho e solidariedade. Ninguém se liberta sozinho.

33. É um caminho que leva ao sofrimento e à morte, como levou Jesus à cruz. É também a via que conduz à *ressurreição*, vida nova para os pobres e realização pessoal para quem se coloca a seu lado e decide assumir concretamente a sua causa, como atestam tantas testemunhas ao longo da história.

### III. Exigências éticas

34. A dignidade eminente do ser humano implica a exigência de preservação de cada pessoa. Por isso, o alimento não é direito apenas de quem tem poder de compra, nem só de quem produz, mas direito de todos. A consciência moral reconhece o dever de garantir esse direito para as crianças, os portadores de deficiências e os idosos. O *direito à vida* exige a justiça distributiva e está acima dos critérios do mercado.

35. Ninguém deveria sentir-se ameaçado de cair na miséria, nem de passar fome. A *Segurança Alimentar* implica quantidade, qualidade, permanência e adequação dos alimentos aos hábitos culturais. O alimento não seja tratado como uma mercadoria entre outras, que são produzidas e acumuladas, segundo o interesse de seu possuidor. Enquanto o ser humano estiver passando fome, é imoral estocar alimentos para garantir lucros especulativos. Cabe a justa intervenção e regulação do Estado, para que o desenvolvimento não venha produzir novas formas de miséria e fome.

36. A dignidade da pessoa humana exige, naturalmente, o aspecto social, que começa na *família*. Ter moradia decente e alimentar-se em torno da mesa familiar é um direito, porque ali são criados os alicerces da vida social.

37. As refeições em família são uma oportunidade excelente de consolidação de laços sociais internos e de sua extensão a outras pessoas que, participando da mesma mesa, agregam-se àquele núcleo humano. A prática da *comensalidade*, revestida de valor religioso, explicitado na ação de graças e bênçãos, deve ser incentivada e asseguradas as condições para sua regularidade.

38. A segurança alimentar estende-se a toda a humanidade, aí compreendidas as próximas *gerações*. Ninguém tem o direito de depredar os recursos naturais do Planeta, mas está obrigado a levar em conta a vida das gerações futuras. Por isso, requer-se racionalidade e controle público no uso de agrotóxicos, muita cautela na produção de alimentos transgênicos, respeito à biodiversidade e reciclagem do lixo.

39. Garanta-se o livre acesso de todos os seres humanos às *fontes de vida*. A terra, a água, o ar, as sementes e a tecnologia, bens comuns a serviço de todos, devem ser objeto de regulamentação pelo poder público, e não podem ficar à mercê da propriedade privada e do mercado, como ocorre com as leis de patenteamento. Neste sentido:

- afirmamos a atualidade e a pertinência da oposição entre *terra de trabalho* e *terra de negócio*;
- invocamos a urgência da Reforma Agrária e de uma política agrícola, como meios para a redistribuição da terra e para o desenvolvimento da agricultura familiar e de cooperativas;
- condenamos a proposta de mercantilização das águas;
- recomendamos uma política pública de distribuição de sementes e difusão de tecnologias agrícolas adequadas, contra todo monopólio de patentes na área alimentar.

40. Esse direito universal à segurança alimentar, assumido no artigo 25 da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, em 10 de dezembro de 1948, encontra todo respaldo na *Doutrina Social da Igreja*. De seu princípio fundamental de defesa da vida, desde a concepção até à morte natural, decorrem os princípios da destinação universal dos bens, da hipoteca social que pesa sobre toda propriedade, da primazia do trabalho humano sobre o capital e da necessidade de novos postos de trabalho.

41. Atualizando a *Populorum Progressio* no contexto do Jubileu de 2000, João Paulo II fala da necessidade de se "pautarem decididamente os processos de globalização econômica em função da solidariedade e do respeito devido a cada pessoa humana" e deixa no ar a pergunta: "Como é possível que, no nosso tempo, ainda haja quem morra de fome, quem esteja condenado ao analfabetismo, quem viva privado de cuidados médicos elementares, quem não tenha casa onde se abrigar?"<sup>15</sup>. Se "o desenvolvimento é o novo nome da Paz", conforme ensinou-nos Paulo VI, só alcançaremos a Paz tão desejada à medida que a economia de fato colocar-se a serviço do ser humano, invertendo-se a lógica do mercado hoje prevalente.

42. Da afirmação da dignidade do ser humano decorre, também, o princípio ético da *solidariedade*. O outro, que sofre na miséria ou passa fome, interpela e atinge nossa própria identidade de ser humano. Não se deixar interpelar e não agir diante da pessoa vilipendiada pela miséria é desumanizar-se. Participar do resgate da dignidade do outro, ao contrário, é humanizar-se com ele. Enquanto houver um ser humano vitimado pela miséria ou pela fome, é a humanidade toda que sofre em sua dignidade ofendida.

43. O exercício da *solidariedade* não deve ser confundido com certas práticas de assistência que humilham quem recebe. É preciso aprender a lição de ética que dá o povo da rua quando reparte o pouco que tem, para que todos sobrevivam. Essa ética popular, com mais razão, interpela a sociedade a repartir a abundância para que todos vivam humanamente, hoje e no futuro.

44. Decorre, ainda, da dignidade da pessoa, a exigência da *simplicidade*. Com efeito, a frugalidade no estilo de vida é hoje condição de sobrevivência biológica da espécie humana. Cresce a consciência de que o atual padrão de consumo dos setores sociais privilegiados não pode ser estendido a todos, nem se sustenta social e ecologicamente. Precisamos abdicar do sonho consumista, ilusoriamente inculcado pela propaganda, e implementar uma *globalização* solidária, a partir de um estilo de vida inspirado no Evangelho.

45. Tudo isso nos leva finalmente a rejeitar a *soberania do mercado*, que estimula a produção de bens tendo em vista unicamente o lucro que pode obter no atendimento à demanda. O mercado, como a economia em sua totalidade, é um meio a serviço das necessidades humanas e, portanto, é preciso que se submeta ao controle e ao monitoramento da sociedade. Como nos alerta João Paulo II, “o direito à propriedade privada está subordinado ao direito do uso comum, à destinação universal dos bens”<sup>16</sup>.

46. De modo especial, faz-se necessário o controle da *especulação financeira*, que aplica capitais nos mercados futuros, negociando mercadorias meramente virtuais, ao invés de aplicá-los na produção de bens reais. Esta especulação agrava os efeitos nocivos da globalização, uma vez que até mesmo os capitais dos países pobres foram atraídos para a *ciranda financeira* mundial.

47. Enfim, tudo converge para o imperativo ético do *respeito à vida*, que está acima dos contratos humanos. O Poder Público é obrigado a atender, prioritariamente, a todos os cidadãos em situação de fome ou miséria, ainda que para isso venha a alterar ou reduzir o pagamento de suas dívidas, pois a fome não espera e a vida está acima da dívida.

#### **IV. Promoção dos Direitos Sociais**

48. A Constituição “Cidadã” de 1988 inova, em seu Preâmbulo, ao tratar da erradicação da pobreza e da marginalização, ao propor a redução das desigualdades sociais e regionais. Nela, os direitos sociais ou coletivos ganham um espaço próprio; constrói-se uma estrutura de participação social, prevê-se financiamento específico para exercê-los e se definem diretrizes específicas nos vários capítulos da ordem social, a exemplo da Seguridade Social, Educação, Cultura e Desporto, Meio Ambiente, Família, Criança e Adolescente, Índios, Função Social da Propriedade e Comunicação Social.

49. Assim, as privações ou vulnerabilidades humanas “clássicas” –enfermidades, velhice, viuvez, invalidez, desemprego, acidente de trabalho etc.– lograram obter novo tratamento na política social. Essas situações de desamparo humano passaram a compor o campo dos *direitos sociais*, independentemente dos vínculos formais de trabalho e dos procedimentos assistencialistas prevalecentes até então.

50. Decorridos 13 anos de sua promulgação, o balanço das inovações no campo das políticas sociais mostra alguns frutos como a universalização de direitos na Previdência e Assistência Social, a tímida e morosa reforma agrária e o sistema nacional e descentralizado de saúde pública, ainda que sob preocupantes restrições de recursos com graves conseqüências para a vida do povo.

51. Temos um longo caminho a percorrer, pois os governos pouco fizeram no campo dos direitos sociais, conformando-se antes a uma agenda monetarista e colocando a política financeira acima do desenvolvimento da cidadania.

52. A principal lição desse processo no qual os direitos são reconhecidos, mas pouco implementados, é que só prevalecem, na agenda da política social, os direitos respaldados pela consciência de cidadania e pela participação política de entidades e movimentos sociais organizados. São eles que, em última instância, resgatam as conquistas jurídicas para a vida prática.

#### **V. Tornar o alimento, dom de Deus, direito de todos**

53. Garantir o alimento para todos, superando a miséria e a fome, exige de cada um de nós o engajamento pessoal. Mais do que isto, supõe a experiência pessoal do humilde e corajoso processo de gestação de uma nova sociedade, que atenda aos direitos e às necessidades básicas da população: educação, saúde, reforma agrária, política agrícola, demarcação das terras indígenas e das terras remanescentes de quilombos, distribuição de renda, reforma fiscal e tributária, moradia. Exige, também, que desenvolvamos novas

relações de trabalho e de gestão da empresa, criando uma economia de comunhão comprometida com a solidariedade e atenta às exigências da sustentabilidade.

54. Por tudo isso, a superação da fome e da miséria transcende a esfera eclesial e exige a participação de toda a sociedade na busca de soluções eficazes e urgentes e impõe um amplo debate, em âmbito nacional, sobre as prioridades das Políticas Sociais.

55. A promoção do direito à alimentação e à nutrição é dever primeiro do Estado e dos governos, não deixando faltar a nenhuma pessoa alimento em qualidade e quantidade suficientes para atender às necessidades de seu organismo. Não se atinge, no entanto, esse objetivo sem o fortalecimento dos mecanismos e instituições de diálogo e de parceria entre o governo e a sociedade, incluindo os mais sofridos.

56. Alegra-nos reconhecer o bem que, nas diversas Dioceses, as comunidades, pastorais e associações realizam em favor dos mais pobres. Lembramos toda a ação caritativa da Igreja e a dedicação dos que atuam nas creches, nos lares de idosos e em tantas obras a serviço dos irmãos. É o momento de aprendermos uns com os outros e somarmos forças para uma ação mais abrangente que envolva toda a sociedade, tornando o alimento, Dom de Deus, acessível a todos.

57. A CNBB empenhar-se-á em dar suporte às coordenações de ação social nas Dioceses, especialmente por meio da Cáritas, a fim de que o *Mutirão Nacional para a Superação da Miséria e da Fome* seja o elemento unificador de seus programas e projetos sociais. Para isso, faz-se necessário constituir uma Comissão Episcopal que articule as iniciativas necessárias, em âmbito nacional e regional. A proposta se estende a outras Igrejas e Tradições Religiosas, às organizações e instituições da sociedade brasileira, a fim de construirmos juntos o Mutirão Nacional.

### Propostas concretas

58. Nas Dioceses e em seus diversos níveis de organização, sejam convocadas pessoas da própria comunidade eclesial a fim de formar *grupos* que assumam o Mutirão Nacional de Superação da Miséria e da Fome. Aproveite-se a experiência dos grupos existentes, especialmente das equipes de pastoral social, auxiliando-os, à luz do Evangelho, a dar testemunho de novos valores e hábitos, renunciando ao consumismo, evitando o desperdício e promovendo a sobriedade em prol de uma vida simples e frugal.

59. Desenvolva-se um *processo educativo* no sentido de formação e informação especializadas sobre direitos e deveres individuais e sociais, como importante exercício pedagógico a ser realizado pelas igrejas e movimentos sociais.

60. Compete aos grupos do Mutirão Nacional:

- identificar as necessidades da população do município e estabelecer metas claras a partir de indicadores e prazos definidos e monitoráveis, recorrendo, na medida do possível, a dados e análises cientificamente fundamentados por sociólogos e economistas, aproveitando-se da ajuda de universidades;
- acompanhar criticamente a composição e atuação dos Conselhos Paritáticos e de Direitos (de saúde, da criança e do adolescente, da educação e de assistência social) valorizando-os;
- priorizar o acompanhamento nutricional de gestantes e crianças até 6 anos e urgir o efetivo funcionamento do Sistema de Vigilância Alimentar Nutricional;
- garantir a gratuidade do registro de nascimento para todas as pessoas, conforme a lei;
- preparar pessoas para a função de multiplicadores, evitando a manipulação dos políticos;
- formar lideranças para o efetivo exercício da cidadania;
- motivar os adolescentes e os jovens para que se insiram nos diversos grupos, oferecendo acompanhamento e possibilitando-lhes o exercício do voluntariado;
- articular-se em âmbito municipal e estadual em integração com o Mutirão Nacional.

61. No desenvolvimento do Mutirão, procure-se:

- produzir subsídios em âmbito local, regional e nacional, dando atenção aos dados técnicos, a fim de capacitar lideranças para elaborar projetos e organizar os conselhos de direitos;
- divulgar a lista de subsídios e iniciativas práticas do Mutirão Nacional em seus vários níveis;
- organizar uma equipe de comunicação;
- preparar programas de rádio e clipes para TV;
- educar para o melhor aproveitamento do alimento produzido, evitando todo o desperdício;
- criar e incentivar as cooperativas comunitárias que favoreçam pequenos agricultores e pequenas indústrias;
- propor e acompanhar medidas legislativas que contribuam para a superação da miséria e da fome;
- organizar um banco de dados da realidade;
- anotar os resultados obtidos para avaliação.

62. O programa do Mutirão Nacional insere-se na ação evangelizadora da Igreja e articula-se com outros projetos da CNBB, em colaboração com outras forças da sociedade organizada.

63. Dentre os projetos mais afins ao Mutirão Nacional, destacam-se: a campanha pela construção de um milhão de cisternas no semi-árido brasileiro; a Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e pela Vida; o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional; a campanha nacional pelo limite máximo da propriedade da terra; a campanha pela aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas; a campanha pela participação consciente no processo eleitoral; a criação de comitês da Lei 9.840 contra a corrupção eleitoral. Some-se a isso o empenho pela articulação em defesa da soberania nacional e da segurança alimentar, ameaçadas por tratados continentais e internacionais.

64. Consideramos marco importante do Mutirão a realização de um simpósio nacional para contribuir com a definição das bases de ação da sociedade e do governo, visando à superação da miséria e da fome. As conclusões desse simpósio serão encaminhadas à Presidência da República, aos Governos Estaduais e Municipais, ao Congresso Nacional, às Assembléias Legislativas Estaduais e aos partidos políticos.

65. Com os olhos voltados para o problema da fome no mundo, consideramos igualmente importante acompanhar o processo de preparação e de continuidade da Cúpula Mundial de Alimentação, promovida pela ONU.

### **Conclusão: "Dai-lhes vós mesmos de comer"**

66. Um dos primeiros sinais de efetiva evangelização, no início deste milênio, será a eliminação da fome decorrente da miséria, em nosso país. Em espírito de conversão, a CNBB convoca a todos para um grande *Mutirão Nacional pela Superação da Miséria e da Fome*, como resposta ao imperativo do evangelho: "Dai-lhes vós mesmos de comer" (Mc 6, 37)<sup>17</sup>.

67. Para vencer tamanho desafio, associando-nos a todas as pessoas de boa vontade da Igreja Católica, de outras Igrejas cristãs e grupos religiosos, dos movimentos populares, dos sindicatos, instituições e Poderes Públicos, imploramos as bênçãos de Deus e a proteção de Maria.

#### **Nota:1**

**Concílio Vaticano II, AA, 8:** "Toda ação apostólica deriva e se alimenta do amor. Há contudo certos gestos que, por sua natureza, são particularmente aptos a exprimir o amor. Além disso, Cristo os quis assumir como sinais de sua missão messiânica (cf. Mt 11, 4-5).

O supremo mandamento da lei é amar a Deus de todo o coração e ao próximo como a si mesmo (cf. Mt 22, 37-40). Ao se identificar com os que são objeto de amor, Cristo o tornou seu e conferiu nova significação ao

mandamento de amor para com o próximo: “todas as vezes que vocês fizeram isso a um dos menores de meus irmãos foi a mim que fizeram” (Mt 25, 40). Ao assumir a natureza humana, tornou-se sobrenaturalmente solidário de todo o gênero humano, reunido em torno de si como numa família, ao mesmo tempo que constituía o amor como sinal distintivo de seus discípulos: “Se vocês tiverem amor uns para com os outros, todos reconhecerão que vocês são meus discípulos” (Jo 13, 35).

A Igreja, em seus primórdios, manifestava sua união a Cristo e se apresentava como comunidade do amor quando reunida na celebração da ceia eucarística. Deve, também hoje, tornar-se conhecida pelos sinais do amor: alegrar-se com o sucesso dos outros, assumir as obras de caridade como exigência inalienável do direito. Assim pois a misericórdia para com os pobres e doentes, as obras de caridade e de auxílio mútuo, em socorro das diversas necessidades humanas, merecem todo destaque na Igreja.

Atualmente, o desenvolvimento das comunicações, o encurtamento das distâncias e a aproximação entre todos os seres humanos, que passam a constituir como que uma única família, tornou ainda mais urgente e ampla a necessidade das obras de caridade. A ação inspirada pela caridade é chamada hoje a beneficiar todos os seres humanos e deve vir em socorro de todas as suas necessidades. A caridade cristã deve ir atrás de todos os que têm necessidade de alimento, de bebida, de roupa, de casa, de dinheiro, de medicamentos e de instrução para levar uma vida verdadeiramente humana, daqueles aos quais falte o necessário para viver, do que está doente ou sofre no exílio ou na prisão, para consolá-los e auxiliá-los. Esta obrigação afeta a todos, a começar pelas pessoas e povos mais ricos.

Para que o exercício da caridade se situe acima de qualquer suspeita, considere-se sempre o próximo como imagem de Deus. Tudo que se dá ao indigente é como se fosse dado ao próprio Cristo Senhor. Tenha-se absoluto respeito pela pessoa a quem se dá alguma coisa e mantenha-se sempre uma intenção pura, sem querer tirar vantagem pessoal do benefício feito, enriquecer-se ou dominar. Acima de tudo, satisfaçam-se as exigências da justiça, para que não se venha a atribuir à caridade o que já é dever de justiça. Procure-se sanar as causas dos males sociais e pessoais, mais do que combater os efeitos. Os auxílios devem ser dados de maneira a eliminar progressivamente a dependência de quem os recebe e tornando-os capazes de satisfazer suas próprias necessidades.

Procurem os leigos, na medida de suas forças, apoiar obras de caridade e iniciativas de assistência social, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, que ajudem efetivamente pessoas e grupos humanos em necessidade, cooperando assim com todos as pessoas de boa vontade”.

#### **Nota:2**

**João Paulo II, SRS 31:** “A fé em Cristo Redentor, ao mesmo tempo que ilumina a partir de dentro a natureza do desenvolvimento, orienta também no trabalho de colaboração. Na Carta de São Paulo aos Colossenses vemos que Cristo é “o primogênito de toda criatura” e que “tudo foi criado por ele e para ele” (1,15-16). Com efeito, todas as coisas “subsistem nele”, porque “foi do agrado de Deus que residisse nele toda a plenitude e, por seu intermédio, reconciliar consigo todas as coisas” (ibid. 1,20).

Neste plano divino, que começa na eternidade em Cristo, “imagem” perfeita do Pai, e culmina nele “primogênito dos redivivos” (ibid. 1,15.18), insere-se a nossa história, marcada pelo nosso esforço pessoal e coletivo para elevar a condição humana, superar os obstáculos que reaparecem continuamente ao longo do nosso caminho, dispondo-nos assim a participar da plenitude que “reside no Senhor” e que ele comunica “ao seu Corpo, que é a Igreja” (ibid. 1,18; cf. Ef 1,22-23); enquanto que o pecado, o qual sempre nos insidia e compromete nossas realizações humanas, é vencido e resgatado pela “reconciliação” operada por Cristo (cf. Cl 1,20).

Aqui, as perspectivas alargam-se. Reencontra-se o sonho de um “progresso indefinido”, transformado radicalmente pela ótica nova aberta pela fé cristã; esta assegura-nos que tal progresso só é possível porque Deus Pai decidiu, desde o princípio, tornar o homem participante da sua glória em Jesus Cristo ressuscitado, no qual “temos a redenção, pelo Seu sangue, a remissão dos pecados” (Ef 1,7); e nele quis vencer o pecado e fazer com que este servisse para o nosso maior bem, que supera infinitamente tudo o que o progresso poderia realizar.

Podemos dizer, então – enquanto nos debatemos no meio das obscuridades e das carências do subdesenvolvimento e do superdesenvolvimento – , que um dia “este corpo corruptível se revestirá de incorruptibilidade e este corpo mortal se revestirá de imortalidade” (1Cor 15,54), quando o Senhor “entregar o Reino a Deus Pai” (ibid. 24) e todas as obras e ações dignas do homem forem resgatadas.

A concepção da fé esclarece bem, ainda, as razões que impelem a Igreja a preocupar-se com o problema do desenvolvimento, a considerá-lo um dever do seu ministério pastoral e a estimular a reflexão de todos sobre a natureza e as características do desenvolvimento humano autêntico. Com os seus esforços, ela deseja: por um lado, pôr-se ao serviço do plano divino, no sentido de ordenar todas as coisas para a plenitude que reside em Cristo (cf. Cl 1,19) e que ele comunicou ao seu Corpo; e, por outro lado, corresponder à sua vocação fundamental de “sacramento”, ou seja “sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano”.

Alguns Padres da Igreja inspiraram-se nesta doutrina para elaborar, por sua vez, com expressões originais, uma concepção do significado da história e do trabalho humano, considerando-o como tendente para um fim que o supera e definido sempre pela relação com a obra de Cristo. Em outras palavras, é possível encontrar no ensinamento patrístico uma visão otimista da história e do trabalho, ou seja, do valor perene das realizações humanas autênticas, enquanto resgatadas por Cristo e destinadas ao Reino prometido. Assim, faz parte do ensinamento e da prática mais antiga da Igreja a convicção de estar obrigada, por vocação – ela própria, os seus ministros e cada um dos seus membros – a aliviar a miséria dos que sofrem, próximos e distantes, não só com o “supérfluo”, mas também com o “necessário” Nos casos de necessidade, não se podem preferir os ornamentos supérfluos das igrejas e os objetos preciosos do culto divino; ao contrário, poderia ser obrigatório alienar estes bens para dar de comer, de beber, de vestir e casa a quem disso está carente. Como já foi notado em precedência, aqui é-nos indicada uma “hierarquia de valores” – no quadro do direito de propriedade – entre o “ter” e o “ser”, especialmente quando o “ter” de alguns pode redundar em detrimento do “ser” de muitos outros.

O Papa Paulo VI, na sua Encíclica, está na continuidade deste ensinamento, inspirando-se na Constituição pastoral *Gaudium et Spes*. De minha parte, desejaria insistir ainda na sua gravidade e na sua urgência, implorando ao Senhor coragem para todos os cristãos, a fim de poderem passar fielmente à aplicação prática”.

**Nota:3**

**Salmo 104, 10-28:** "Tu fazes brotar fontes de água pelos vales, e elas correm por entre as montanhas. Dão de beber a todas as feras do campo, e os asnos selvagens aí matam a sede. Junto a elas se abrigam as aves do céu, desferindo seu canto por entre a folhagem. De tuas altas moradas regas os montes, e a terra se sacia com tua obra fecunda. Tu fazes brotar relva para o rebanho, e plantas úteis para o homem. Dos campos ele tira o pão, e o vinho que alegra seu coração; o azeite, que dá brilho ao seu rosto, e o alimento, que lhe dá forças. As árvores de Javé se saciam, os cedros do Líbano que ele plantou. Aí se aninham os pássaros, no seu topo a cegonha tem sua casa. As altas montanhas são para as cabras, e os rochedos um refúgio para as ratazanas. Tu fizeste a lua para marcar os tempos, o sol conhece o seu próprio ocaso. Mandas as trevas e vem a noite, e nela rondam as feras da selva; rugem os leõezinhos em busca da presa, pedindo a Deus o sustento. Ao nascer do sol se retiram e se entocam nos seus covis. O homem sai para sua faina, e para o seu trabalho até à tarde. Como são numerosas as tuas obras, Javé! A todas fizeste com sabedoria. A terra está repleta das tuas criaturas. Eis o vasto mar, com braços imensos, onde se movem, inumeráveis, animais pequenos e grandes. Aí circulam os navios, e o Leviatã, que formaste para com ele brincar. Todos eles esperam de ti que a seu tempo lhes atires o alimento: tu o atiras e eles o recolhem, abres tua mão, e se saciam de bens".

**Nota:4**

**Is 1,17:** "aprendam a fazer o bem: busquem o direito, socorram o oprimido, façam justiça ao órfão, defendam a causa da viúva".

**Jr 7,3-7:** "Assim diz Javé dos exércitos, o Deus de Israel: Endireitem seus caminhos e sua maneira de agir, e eu morarei com vocês neste lugar. Não se iludam com palavras mentirosas, dizendo: 'Este é o Templo de Javé, Templo de Javé, Templo de Javé!' Se vocês endireitarem seus caminhos e sua maneira de agir; se começarem a praticar o direito cada um com seu próximo; se não oprimirem o estrangeiro, o órfão e a viúva; se não derramarem sangue inocente neste lugar e não correrem atrás dos deuses estrangeiros que lhes trazem a desgraça: então eu continuarei morando com vocês neste lugar, nesta terra que eu dei aos seus antepassados há muito tempo e para sempre".

**Nota:5**

**Eclo 34,20-22:** "Defesa no tropeço e auxílio na queda, elevando a alma e iluminando os olhos, dando saúde, vida e bênção. Só o Senhor é para os que nele esperam, os que caminham na verdade e na justiça. É manchada a oferta de quem sacrifica de bens iníquos, e não são bem aceitas as oferendas dos injustos".

**Nota:6**

**Dt 24,14-15:** "Não explore um assalariado pobre e necessitado, seja ele um de seus irmãos ou imigrante que vive em sua terra, em sua cidade. Pague-lhe o salário a cada dia, antes que o sol se ponha, porque ele é pobre e sua vida depende disso. Assim, ele não clamará a Javé contra você, e em você não haverá pecado".

**Nota:7**

**Mt 9,35-36:** "Jesus percorria todas as cidades e povoados, ensinando em suas sinagogas, pregando a Boa Notícia do Reino, e curando todo tipo de doença e enfermidade. Vendo as multidões, Jesus teve compaixão, porque estavam cansadas e abatidas, como ovelhas que não têm pastor".

**Nota:8**

**Jo 10,10:** "O ladrão só vem para roubar, matar e destruir. Eu vim para que tenham vida, e a tenham em abundância".

**Nota:9**

**Lc 4,18-19:** "O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou com a unção, para anunciar a Boa Notícia aos pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista; para libertar os oprimidos, e para proclamar um ano de graça do Senhor".

**Nota:10**

**Lc 4,22:** "Todos aprovavam Jesus, admirados com as palavras cheias de encanto que saíam da sua boca. E diziam: Este não é o filho de José?".

**Nota:11**

**Mc 1,22:** "As pessoas ficavam admiradas com o seu ensinamento, porque Jesus ensinava como quem tem autoridade e não como os doutores da Lei".

**Nota:12**

**Mt 5,1-12:** "Jesus viu as multidões, subiu à montanha e sentou-se. Os discípulos se aproximaram, e Jesus começou a ensiná-los: Felizes os pobres em espírito, porque deles é o Reino do Céu. Felizes os aflitos, porque serão consolados. Felizes os mansos, porque possuirão a terra. Felizes os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados. Felizes os que são misericordiosos, porque encontrarão misericórdia. Felizes os puros de coração, porque verão a Deus. Felizes os que promovem a paz, porque serão chamados filhos de Deus. Felizes os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o Reino do Céu. Felizes vocês, se forem insultados e perseguidos, e se disserem todo tipo de calúnia contra vocês, por causa de mim. Fiquem alegres e contentes, porque será grande para vocês a recompensa no céu. Do mesmo modo perseguiram os profetas que vieram antes de vocês".

**Nota:13**

**Lc 10,25-37:** "Um especialista em leis se levantou, e, para tentar Jesus perguntou: Mestre, o que devo fazer para receber em herança a vida eterna? Jesus lhe disse: O que é que está escrito na Lei? Como você lê? Ele então respondeu: Ame o Senhor, seu Deus, com todo o seu coração, com toda a sua alma, com toda a sua força e com toda a sua mente; e ao seu próximo como a si mesmo. Jesus lhe disse: Você respondeu certo. Faça isso, e viverá! Mas o especialista em leis, querendo se justificar, disse a Jesus: E quem é o meu próximo? Jesus respondeu: Um homem ia descendo de Jerusalém para Jericó, e caiu nas mãos de assaltantes, que lhe arrancaram tudo, e o espancaram. Depois foram embora, e o deixaram quase morto. Por acaso um sacerdote estava descendo por aquele caminho; quando viu o homem, passou adiante, pelo outro lado. O mesmo aconteceu com um levita: chegou ao lugar, viu, e passou adiante, pelo outro lado. Mas um samaritano, que estava viajando, chegou perto dele, e teve compaixão. Aproximou-se dele e fez curativos, derramando óleo e vinho nas feridas. Depois colocou o homem em seu próprio animal, e o levou a uma pensão, onde cuidou dele. No dia seguinte, pegou duas moedas de prata, e as entregou ao dono da pensão, recomendando: Tome conta dele. Quando eu voltar, vou pagar o que ele tiver gasto a mais. E Jesus perguntou: Na sua opinião, qual

dos três foi o próximo do homem que caiu nas mãos dos assaltantes? O especialista em leis respondeu: Aquele que praticou misericórdia para com ele. Então Jesus lhe disse: Vá, e faça a mesma coisa”.

**Nota:14**

**Mt 25,31-46:** “Quando o Filho do Homem vier na sua glória, acompanhado de todos os anjos, então se assentará em seu trono glorioso. Todos os povos da terra serão reunidos diante dele, e ele separará uns dos outros, assim como o pastor separa as ovelhas dos cabritos. E colocará as ovelhas à sua direita, e os cabritos à sua esquerda. Então o Rei dirá aos que estiverem à sua direita: Venham vocês, que são abençoados por meu Pai. Recebam como herança o Reino que meu Pai lhes preparou desde a criação do mundo. Pois eu estava com fome, e vocês me deram de comer; eu estava com sede, e me deram de beber; eu era estrangeiro, e me receberam em sua casa; eu estava sem roupa, e me vestiram; eu estava doente, e cuidaram de mim; eu estava na prisão, e vocês foram me visitar. Então os justos lhe perguntarão: Senhor, quando foi que te vimos com fome e te demos de comer, com sede e te demos de beber? Quando foi que te vimos como estrangeiro e te recebemos em casa, e sem roupa e te vestimos? Quando foi que te vimos doente ou preso, e fomos te visitar? Então o Rei lhes responderá: Eu garanto a vocês: todas as vezes que vocês fizeram isso a um dos menores de meus irmãos, foi a mim que o fizeram.

Depois o Rei dirá aos que estiverem à sua esquerda: Afastem-se de mim malditos. Vão para o fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos. Porque, eu estava com fome, e vocês não me deram de comer; eu estava com sede, e não me deram de beber; eu era estrangeiro, e vocês não me receberam em casa; eu estava sem roupa, e não me vestiram; eu estava doente e na prisão, e vocês não me foram visitar. Também estes responderão: Senhor, quando foi que te vimos com fome, ou com sede, como estrangeiro, ou sem roupa, doente ou preso, e não te servimos? Então o Rei responderá a esses: Eu garanto a vocês: todas as vezes que vocês não fizeram isso a um desses pequeninos, foi a mim que não o fizeram. Portanto, estes irão para o castigo eterno, enquanto os justos irão para a vida eterna”.

**Nota:15**

**NMI, 10 e 14:** “Assim, em determinado sentido, foi seguindo os passos das crianças que vieram pedir a misericórdia jubilar as mais variadas categorias de adultos: dos idosos aos doentes e inválidos, dos trabalhadores das fábricas e dos campos aos desportistas, dos artistas aos docentes universitários, dos bispos e presbíteros às pessoas de vida consagrada, dos políticos aos jornalistas e até aos militares, que vieram reafirmar o sentido da sua missão como um serviço à paz.

Grande significado teve a concentração dos trabalhadores, realizada no dia tradicional da sua festa – o primeiro de maio. Pedi-lhes para viverem a espiritualidade do trabalho, imitando São José e o próprio Jesus. Além disso, aquele jubileu deu-me a ocasião para lançar um forte apelo a fim de se sanarem os desequilíbrios econômicos e sociais que existem no mundo do trabalho e pautarem decididamente os processos da globalização econômica em função da solidariedade e do respeito devido a cada pessoa humana. (...)

**14.** Além disso, o Jubileu foi um grande acontecimento de caridade: e não podia ser de outro modo. Já desde os anos preparatórios, tinha lançado o apelo para uma atenção maior e mais efetiva aos problemas da pobreza que ainda afligem o mundo. Nesse cenário, assumiu particular significado o problema da dívida internacional dos países pobres. Um gesto de generosidade para com tais países estava inscrito logicamente no próprio Jubileu, sabendo nós que este, na sua primordial configuração bíblica, era precisamente o tempo em que a comunidade se comprometia a restaurar a justiça e a solidariedade nas relações entre as pessoas, restituindo-lhes ainda os bens de que tinham sido privadas. Com satisfação, vejo que recentemente os Parlamentos de muitos dos Estados credores votaram um substancial perdão da dívida bilateral que pesava sobre países mais pobres e endividados. Faço votos de que os respectivos governos dêem, em breve, cumprimento a tais decisões parlamentares. Já se apresentou mais problemática a questão da dívida multilateral, ou seja, a dívida contraída pelos países mais pobres nos organismos financeiros internacionais. Espero que os Estados membros desses organismos, sobretudo aqueles com maior peso decisório, consigam reunir os consensos necessários para se chegar à rápida solução de uma questão que mantém suspenso o caminho do progresso de muitos países, com pesadas conseqüências sobre a condição econômica e existencial de tantas pessoas”.

**Nota:16**

**João Paulo II, *Laborem exercens*, 14:** “O processo histórico – aqui brevemente apresentado – que sem dúvida já saiu da sua fase inicial, mas continua ainda e tende mesmo a se tornar extensivo às relações entre nações e continentes, exige um esclarecimento também sob um outro ponto de vista. Quando se fala da antinomia entre trabalho e capital não se trata, como é evidente, apenas de conceitos abstratos e de “forças anônimas” que agem na produção econômica. Por detrás de um e de outro dos dois conceitos, há homens, os homens vivos e concretos. De um lado, aqueles que executam o trabalho sem serem proprietários dos meios de produção; e do outro lado, aqueles que desempenham a função de patrões e empresários e que são os proprietários de tais meios, ou então representam os proprietários. E assim, portanto, vem inserir-se no conjunto deste difícil processo histórico, desde o início, o problema da propriedade. A Encíclica *Rerum Novarum*, que tem por tema a questão social, põe em realce também este problema, recordando e confirmando a doutrina da Igreja sobre a propriedade e sobre o direito de propriedade privada, mesmo quando se trata dos meios de produção. E a Encíclica *Mater et Magistra* fez a mesma coisa.

O princípio a que se alude, conforme foi então recordado e como continua sendo ensinado pela Igreja, diverge radicalmente do programa do coletivismo, proclamado pelo marxismo e realizado em vários países do mundo, nos decênios que se seguiram à publicação da Encíclica de Leão XIII. E, ao mesmo tempo, ele difere também do programa do capitalismo, tal como foi posto em prática pelo liberalismo e pelos sistemas políticos que se inspiram no mesmo liberalismo. Neste segundo caso, a diferença está na maneira de compreender o direito de propriedade, precisamente. A tradição cristã nunca defendeu tal direito como algo absoluto e intocável; pelo contrário, sempre o entendeu no contexto mais vasto do direito comum de todos a utilizarem os bens da criação inteira: o direito à propriedade privada está subordinado ao direito ao uso comum, subordinado à destinação universal dos bens.

Por outras palavras, a propriedade, segundo o ensino da Igreja, nunca foi entendida de maneira a poder constituir um motivo de contraste social no trabalho. Conforme já foi recordado acima, a propriedade adquire-se primeiro que tudo pelo trabalho e para servir ao trabalho. E isto diz respeito, de modo particular, à

propriedade dos meios de produção. Considerá-los isoladamente, como um conjunto à parte de propriedades, com o fim de os contrapor, sob a forma do “capital”, ao “trabalho” e, mais ainda, com o fim de explorar o trabalho, é contrário à própria natureza de tais meios e à da sua posse. Estes não podem ser possuídos contra o trabalho, como não podem ser possuídos para possuir, porque o único título legítimo para a sua posse – e isto tanto sob a forma da propriedade privada, como sob a forma da propriedade pública ou coletiva – é que eles sirvam ao trabalho; e que, conseqüentemente, servindo ao trabalho, tornem possível a realização do primeiro princípio desta ordem, que é a destinação universal dos bens e o direito ao seu uso comum. Sob este ponto de vista, em consideração do trabalho humano e do acesso comum aos bens destinados ao homem, é também para não se excluir a socialização, dando-se as condições oportunas, de certos meios de produção. No espaço dos decênios que nos separam da publicação da Encíclica Rerum Novarum, o ensino da Igreja tem vindo sempre recordar todos estes princípios, remontando aos argumentos formulados numa tradição bem mais antiga, por exemplo, aos conhecidos argumentos da Suma Teológica de Santo Tomás de Aquino.

No presente documento, que tem por tema principal o trabalho humano, convém confirmar todo o esforço com o qual o ensino da Igreja sobre a propriedade sempre procurou e procura assegurar o primado do trabalho e, por isso mesmo, a subjetividade do homem na vida social e, especialmente, na estrutura dinâmica de todo o processo económico. Deste ponto de vista, continua sendo inaceitável a posição do capitalismo “rígido”, que defende o direito exclusivo da propriedade privada dos meios de produção, como um “dogma” intocável na vida económica. O princípio do respeito do trabalho exige que tal direito seja submetido a uma revisão construtiva, tanto em teoria como na prática. Com efeito, se é verdade que o capital – entendido como o conjunto dos meios de produção – é ao mesmo tempo o produto do trabalho de gerações, também é verdade que ele se cria incessantemente graças ao trabalho efetuado com a ajuda do mesmo conjunto dos meios de produção, que aparecem então como um grande “banco” de trabalho, junto do qual, dia a dia, a presente geração dos trabalhadores desenvolve a própria atividade. Trata-se aqui, como é óbvio, das diversas espécies de trabalho, não somente do trabalho chamado manual, mas também das várias espécies de trabalho intelectual, desde o trabalho de concepção até ao de direção.

Sob esta luz, as numerosas proposições enunciadas pelos peritos da doutrina social católica e também pelo supremo Magistério da Igreja adquirem um significado de particular relevo. Trata-se de proposições que dizem respeito à propriedade dos meios de trabalho, à participação dos trabalhadores na gestão e/ou nos lucros das empresas, o chamado “acionariado” do trabalho, e coisas semelhantes. Independentemente da aplicabilidade concreta destas diversas proposições, permanece algo evidente que o reconhecimento da posição justa do trabalho e do homem do trabalho no processo de produção exige várias adaptações, mesmo no âmbito do direito da propriedade dos meios de produção. Ao dizer isto, tomam-se em consideração, não só as situações mais antigas, mas também e antes de mais nada a realidade e a problemática que se criaram na segunda metade deste século, pelo que se refere ao Terceiro Mundo e aos diversos novos países independentes que foram aparecendo – especialmente na África, mas também em outras latitudes – no lugar dos territórios coloniais de outrora.

Se, por conseguinte, a posição do capitalismo “rígido” tem de ser continuamente submetida a uma revisão, no intuito de uma reforma sob o aspecto dos direitos do homem, entendidos no seu sentido mais amplo e nas suas relações com o trabalho, então, sob o mesmo ponto de vista, deve afirmar-se que estas reformas múltiplas e tão desejadas não podem ser realizadas com a eliminação apriorística da propriedade privada dos meios de produção. Convém, efetivamente, observar que o simples fato de subtrair esses meios de produção (o capital) das mãos dos seus proprietários privados não basta para os socializar de maneira satisfatória. Assim, eles deixam de ser a propriedade de um determinado grupo social, os proprietários privados, para se tornarem propriedade da sociedade organizada, passando a estar sob a administração e a fiscalização diretas de um outro grupo de pessoas que, embora não tendo a propriedade, em virtude do poder que exercem na sociedade, dispõem deles a nível da inteira economia nacional, ou então a nível da economia local.

Este grupo dirigente e responsável pode desempenhar-se das suas funções de maneira satisfatória, do ponto de vista do primado do trabalho; mas pode também cumpri-las mal, reivindicando, ao mesmo tempo, para si o monopólio da administração e da disposição dos meios de produção, sem se deter quanto a isso nem sequer diante da ofensa aos direitos fundamentais do homem. Deste modo, pois, o simples fato de os meios de produção passarem para a propriedade do Estado, no sistema coletivista, não significa só por si, certamente, a “socialização” desta propriedade. Poder-se-á falar de socialização somente quando ficar assegurada a subjetividade da sociedade, quer dizer, quando cada um dos que a compõem, com base no próprio trabalho, tiver garantido o pleno direito a considerar-se comproprietário do grande “banco” de trabalho em que se empenha juntamente com todos os demais. E um dos caminhos para alcançar tal objetivo poderia ser o de associar o trabalho, na medida do possível, à propriedade do capital e dar possibilidades de vida a uma série de corpos intermediários com finalidades económicas, sociais e culturais: corpos estes que não de usufruir de uma efetiva autonomia em relação aos poderes públicos e que não de procurar conseguir os seus objetivos específicos mantendo entre si relações de leal colaboração recíproca, subordinadamente às exigências do bem comum, e que não de, ainda, apresentar-se sob a forma e com a substância de uma comunidade viva; quer dizer, de maneira a que neles os respectivos membros sejam considerados e tratados como pessoas e estimulados a tomar parte ativa na sua vida”.

#### **Nota: 17**

**Mc 6, 37:** “Mas Jesus respondeu: Vocês é que têm de lhes dar de comer. Os discípulos perguntaram: Devemos gastar meio ano de salário e comprar pão para dar-lhes de comer?”.